



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis

1.1. Do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), órgão integrante do Poder Judiciário estadual, nos termos do art. 92 da Constituição Federal de 1988, com sede na Comarca da Capital e jurisdição em todo território estadual, tem sua competência estabelecida no artigo 61 da Constituição Estadual do Estado de Pernambuco, assim como no artigo 26 do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE).

Tem como atividade precípua a prestação jurisdicional, buscando solucionar os conflitos da sociedade de forma mais célere e acessível, contribuindo, assim, com a paz social

No aspecto econômico-financeiro, o Poder possui duas unidades gestoras, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ), responsáveis pela operacionalização dos recursos orçamentário, financeiro e patrimonial.

1.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público encontram-se em franco processo de implementação.

Esse processo, não obstante representar uma obrigação legal, consubstancia na necessidade da evidenciação real do patrimônio do ente, ou seja, seus ativos e passivos, propiciando visibilidade e transparência à sociedade destinatária da informação.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem estar em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade.

Assim, as Notas Explicativas foram elaboradas na seguinte ordem:

- ✓ Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis;
- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ✓ Balanço Orçamentário;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

- ✓ Balanço Financeiro;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Detalhamento da Movimentação das Fontes de Recursos.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 6ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.)

Foram elaboradas por unidade gestora do Poder, UGE 070001 - Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e UGE 070002 - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ.), a partir das informações constantes no Sistema e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual.

2.1. Sumário das Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.1.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos inscritos a título de dívida ativa são atualizados mensalmente e este acréscimo é levado para conta de resultado. As obrigações relativas a cauções em pecúnia são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação. Em



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

conformidade com o MCASP, está sendo registrado o ajuste para perdas desde 2015, calculado da seguinte forma:

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2014	2013	2012
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

Sistematicamente, os bens adquiridos com recursos do FERM são transferidos para a unidade gestora TJPE, nos termos do § 1º, art. 6º da Instrução de Serviço nº 7/2013, alterada pelo art. 1º da Instrução de Serviço nº 2/2016, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”. Tal fato impacta na evidenciação do balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais do exercício, reflexo das diversas ações realizadas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Bens Móveis

Os bens estão reconhecidos a valores históricos. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição. O inventário inicial foi concluído em 2015, com reflexos na conta de ajustes de exercícios anteriores naquele exercício, dentro do contexto de adoção inicial das normas. Em 2016, o inventário foi concluído regularmente pela unidade responsável.

Bens Imóveis

Em 2016, foi dado continuidade ao trabalho de avaliações dos bens imóveis pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), baseado em mapeamento concluído no início de 2016 pela Diretoria de Contabilidade dos imóveis administrados pela área de patrimônio do Poder. O levantamento considerou a documentação existente no setor de patrimônio e na referida diretoria, em razão da ausência de um sistema de gestão patrimonial. Essas avaliações vêm refletindo em diversos registros contábeis de ajuste e reconhecimento de bens imóveis, com impacto na conta de ajuste de exercícios anteriores por estarem contempladas no contexto de adoção inicial das normas.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pelo setor de engenharia, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

2.1.5 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares. O método de mensuração é o de custo ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

2.1.6 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Em 2016, houve o reconhecimento deste fenômeno inicialmente apenas para os bens imóveis já avaliados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), além de um imóvel



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

cedido pelo TCE. O cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, em virtude das limitações do atual sistema de gestão patrimonial. Para os bens móveis, ainda não foi implementada, pois depende de uma série de fatores, como por exemplo, da definição dos procedimentos para avaliação do acervo de mais de 200.000 itens, assim como quanto ao uso efetivo da ferramenta PE-Integrado.

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. No TJPE, o registro de amortização foi iniciado em 2012, efetuada também em Excel, pelas mesmas limitações anteriormente citadas. Anualmente, ocorre revisão do tempo de vida útil pela Secretaria de Tecnologia e Comunicação - SETIC, conforme determina o MCASP, com a finalidade de manter a adequada evidenciação desses bens.

2.1.7. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

3.1. Quadro do Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2016	2015
Conta Única	4.633,37	39.937,37
Contas Movimento	207.186,49	36.830,07
CDB/RDB	38.219.573,92	56.583.359,55
Fundos de Aplicação Financeira	1.200.378,88	0,01
Total	39.631.772,66	56.660.127,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, relacionados a adiantamento concedido a servidores relativo ao abono constitucional de férias recebido em dezembro para gozo em janeiro/17; créditos de apropriação indébita e encontro de contas de ex-servidores (créditos por danos ao patrimônio); créditos gerados por multas aplicadas a fornecedores (créditos por outros contratos), além de outros créditos a receber.

Esses créditos constam evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2016	2015
Abono Constitucional de Férias	7.066.116,27	6.028.147,29
Créditos a Receber de Ex-servidores	2.274.845,08	2.352.478,86
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.774.308,26	232.021,84
Outros Créditos a Receber	88.714,27	238,30
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Ex-servidores	(2.045.768,18)	(1.916.799,78)
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	(3.394.235,42)	(189.051,40)
Total	7.763.980,28	6.507.035,11

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 3 – Estoques – Uma parte dos estoques, R\$ 7.080.952,54, é formada por materiais de consumo adquiridos e armazenados em almoxarifado gerenciado pela



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Diretoria de infraestrutura, para uso do Tribunal. O montante de R\$ 364.391,15 refere-se a materiais médicos e odontológicos armazenados em almoxarifado administrado pelo Centro de Saúde do PJPE. Assim, os estoques totalizam R\$ 7.445.343,69.

Nota 4 – Créditos a Longo Prazo – O montante de R\$ 62.896,46 refere-se à expectativa de recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa não Tributária, realizáveis no longo prazo, relativos a multa contratual e valores recebidos indevidamente por ex-servidores, deduzido do ajuste para perda, calculado conforme metodologia explicitada no item 2.1.2.

Descrição	2016	2015
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	948.664,55	779.574,36
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(885.768,09)	(723.367,05)
Total	62.896,46	56.207,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Estoques – O saldo de R\$ 5.129.753,20 refere-se a bens classificados como inservíveis, conforme Relatório de Inventário de Bens Móveis do exercício, elaborado pela Diretoria de Infraestrutura. Estão classificados no realizável a longo prazo por terem perdido as características de imobilizado e por não haver expectativa para destinação desses bens no curto prazo.

Nota 6 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, onde todos os bens do Poder estão centralizados na unidade TJPE, em razão de o FERM-PJ não possuir ativos dessa natureza. Conforme exposto no item 2.1.4, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como um imóvel cedido pelo TCE.

Descrição	2016	2015	Crescimento R\$
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Bens Móveis	221.782.587,86	200.951.138,43	20.831.449,43
Bens Imóveis	555.304.331,65	482.843.809,89	72.460.521,76
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(9.705.318,57)	-	(9.705.318,57)
Total	767.381.600,94	683.794.948,32	83.586.652,62

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Devido à relevância desse grupo, optou-se pela divisão da nota em 6.1 e 6.2, Bens Móveis e Imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo.

Nota 6.1. Imobilizado - Bens Móveis – O saldo contábil de 2016, no montante de R\$ 221.782.587,86, reflete o valor apontado no inventário anual, realizado pela Diretoria de Infraestrutura, conforme detalhado no quadro a seguir.

Descrição dos Bens	2016	2015
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	45.810.941,51	40.877.299,43
Bens de Informática	97.751.455,68	86.492.493,99
Móveis e Utensílios	61.025.664,46	56.273.059,50
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	17.794,90	17.794,90
Obras de Arte e Peças para Exposição	79.268,80	78.378,80
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.643.049,44	1.481.161,81
Veículos	15.454.413,07	15.730.950,00
Total	221.782.587,86	200.951.138,43

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6.2. Imobilizado - Bens Imóveis – Os bens encontram-se estruturados nos grupos abaixo, identificados individualmente.

Descrição dos Bens	2016	2015
Edificações em Geral	406.026.606,76	324.815.390,56
Terrenos sem Edificações	18.500.124,88	12.609.758,54
Terrenos com Edificações	79.637.743,02	65.112.268,02
Bens Imóveis - Obras em Andamento	46.478.222,06	76.950.160,57
Estudos e Projetos	413.266,76	212.073,95
Instalações	2.958.666,61	3.144.158,25
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	-
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(9.705.318,57)	-
Total	545.599.013,08	482.843.809,89

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Contudo, em que pese os avanços e os esforços despendidos, em especial diante do novo conceito do ativo imobilizado, as informações registradas na contabilidade do Poder ainda não refletem todo acervo imobiliário.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Os bens imóveis estão sendo avaliados pela área de engenharia, com data de conclusão inicialmente prevista no cronograma, até final de 2016, prorrogado até meados de 2018. Esse trabalho foi iniciado no final de 2013, com registros contábeis a partir de 2015. Como resultado, 56,95% dos imóveis do Poder já foram avaliados, restando 130 bens a serem mensurados pela engenharia.

Nota 7 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada para aqueles com vida útil atribuída como definida, detalhado no quadro abaixo.

Detalhamento	2016	2015
Softwares em Uso	24.036.588,78	19.320.138,83
(-) Amortização Acumulada	(14.641.467,93)	(10.381.282,91)
TOTAL	9.395.120,85	8.938.855,92

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, e encargos a pagar, entre outros, com vencimento no curto prazo, evidenciados no quadro.

Descrição	2016	2015
Pessoal a Pagar (férias, abono constitucional e auxílio alimentação sobre férias)	74.972.090,64	48.979.211,19
Contribuição ao SASSEPE	474.464,51	496.543,99
Encargo Patronal RPPS a Pagar	13.013.745,60	8.175.050,60
Encargo Patronal INSS a Pagar	804.684,17	792.121,44
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	33.792,85	26.197,72
Total	89.298.777,77	58.469.124,94

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Obrigação referente a saldo remanescente da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE atrasado devidos a magistrados.

Destaca-se que dentre as obrigações acima, R\$ 88.274.436,55 são valores decorrentes da apropriação de férias devidas a servidores e magistrados, conforme informação dos relatórios mensais gerados pelo sistema Universal RH, cuja classificação contábil é de passivo permanente, ou seja, que dependem ainda de execução orçamentária para o seu pagamento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 9 – Provisões a Curto Prazo – Reconhecimento de obrigação para com seus agentes públicos, oriundo de direitos legais relacionados a férias, incluindo os respectivos encargos, proporcionalmente ao período a que faz jus cada magistrado e servidor público.

Os valores registrados a esse título são transferidos em janeiro para o grupo de obrigações trabalhistas, detalhado na nota anterior, uma vez que a partir desse mês, os servidores e magistrados podem gozar um novo período aquisitivo de férias, conforme determinado pela legislação vigente.

O montante provisionado encontra-se detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2016	2015
Pessoal	111.906.131,78	101.750.951,28
Provisão de Férias Folha Pessoal da UG	79.802.870,14	72.471.789,44
Provisão de Férias - Abono Constitucional	26.536.446,62	24.157.569,41
Provisão do Auxílio Alimentação s/Férias	5.566.815,02	5.121.592,43
Encargos Sociais a Pagar	19.094.593,42	16.517.035,89
Provisão de Encargo Patronal ao RPPS – Ativo Civil	18.633.994,65	16.239.238,02
Provisão de Encargo Patronal ao INSS – Ativo Civil	460.598,77	277.797,87
Total	131.000.725,20	118.267.987,17

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, destacando-se as obrigações com FUNAFIN e impostos retidos, a recolher na época própria, conforme quadro.

Descrição	2016	2015
Contribuições FUNAFIN a Recolher	12.207.230,47	21.716.213,66
Contribuições Previdenciárias e Impostos Retidos	10.980.954,22	18.618.707,71
Demais Obrigações	1.841.401,94	1.229.296,59
Total	25.029.586,63	41.564.217,96

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 11 – Resultados Acumulados – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Descrição	2016	2015
Resultado do Exercício ¹	(1.415.608,71)	6.625.335,72
Ajustes de Exercícios Anteriores	41.970.290,07	208.714.412,42
Subtotal	40.554.681,36	215.339.748,14
Resultado de Exercícios Anteriores	549.645.300,61	334.305.552,47
Total do Patrimônio Líquido	590.199.981,97	549.645.300,61

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2016	2015
Avaliação de Imóveis	43.608.096,42	204.790.769,70
Depreciação de Bens Imóveis	(4.024.494,14)	0,00
Doações Recebidas	3.505.400,00	0,00
Provisões sobre Folha de Pagamento	0,00	4.926.098,38
Inventário 2014	0,00	(670.460,26)
Despesas de Exercício Anterior	(379.900,88)	(234.871,49)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(738.811,33)	(97.123,91)
Total	41.970.290,07	208.714.412,42

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

O montante de R\$ 43.608.096,42, relativo aos procedimentos de avaliação dos bens imóveis deste Poder, decorre do trabalho realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, conforme detalhado na NE 6.2. Destaca-se que os imóveis constantes na contabilidade estavam registrados pelo custo histórico e não refletiam sua realidade patrimonial, fato que persiste para algumas unidades imobiliárias, em razão da quantidade de imóveis que este Tribunal utiliza. Tal fato é considerado procedimento de adoção inicial, razão pela qual sua contrapartida foi lançada como ajuste de exercício anterior.

O valor de R\$ 379.900,88 reflete o valor das despesas de exercício anteriores que foram empenhadas em 2016, cujo fato gerador ocorreu em 2015 ou antes desse exercício, sem o correspondente registro da obrigação patrimonial.

Por fim, dos demais ajustes de exercício anterior, evidenciado pelo valor negativo de R\$ 738.811,33, R\$ 54.141,46 corresponde ao reconhecimento de passivo



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

permanente de pessoal a pagar, cujos períodos de competência são anteriores a 2016. Já o valor de R\$ 684.669,87 refere-se à retificação de erros.

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

Nota 12 – Evidencia a composição patrimonial, segregada em ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/1964. O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2016 o montante de R\$ 12.418.955,42, conforme Nota 14.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

Nota 13 - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em outras contas de compensação associadas ao controle financeiro das contas bancárias vinculadas a pagamentos de precatórios subordinados ao regime especial que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 94/2016. As contas são de titularidade dos entes, administradas pelo Tribunal de Justiça.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2016	31/12/2015
Estado de Pernambuco	5.004.152,87	7.912.680,01
Municípios	22.297.117,09	12.701.394,70
Total	27.301.269,96	20.614.074,71

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

Nota 14 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

Descrição	2016	2015
Recursos Ordinários - Administração Direta	12.159.422,13	11.127.882,89
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	259.533,29	228.603,42
TOTAL	12.418.955,42	11.356.486,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Conforme facultado pelo MCASP e IPC 05, a DVP não apresenta o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes da execução orçamentária, que consistem em incorporação e desincorporação de ativos e/ou passivos, os quais não representam alteração quantitativa patrimonial. Em 2016, não houve fatos permutativos decorrentes da execução orçamentária.

Nota 1 – Transferências Intragovernamentais Recebidas - Compreendem os duodécimos recebidos do Poder Executivo, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidas do FERM-PJ, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE, conforme apresentados no quadro a seguir. Destaca-se



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

que as referidas transferências recebidas pelo TJPE aparecem como concedidas no FERM-PJ, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2016	2015
Duodécimos Recebidos	1.188.975.001,72	1.137.111.796,00
Bens Móveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	18.378.370,10	16.516.813,04
Almoxarifado - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	4.182.287,00	4.598.729,41
Bens Imóveis - Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	22.853.594,58	25.144.926,78
Softwares – Transferências Recebidas no Mesmo Órgão	4.561.140,43	2.988.885,82
Bem imóveis - Cessões Recebidas Intra OFSS	1.289.701,56	-
Total	1.240.240.095,39	1.186.361.151,05

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Transferências Intergovernamentais Recebidas – Do total de R\$ 7.550.782,73, R\$ 3.705.542,73 compreende as doações de switch e equipamentos de informática realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Além disso, R\$ 3.845.240,00 refere-se ao registro da cessão de um terreno no município de Petrolina para construção do fórum, cujas condições atendem ao conceito de ativo determinados nas normas de contabilidade.

Nota 3 – Ganhos com Incorporação de Ativos – No total de R\$ 44.912,35, referem-se principalmente às incorporações das devoluções de materiais de consumo requisitados pelos diversos setores do Tribunal para o almoxarifado.

Nota 4 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Destacam-se as variações patrimoniais aumentativas relativas a multas administrativas por descumprimento contratual, no valor de R\$ 3.601.317,82, decorrentes de registros de créditos a receber no ativo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Descrição	2016	2015
Multas Administrativas	3.601.317,82	51.804,68
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	1.331.021,82	1.134.215,77
Outras Restituições	585.222,34	1.275.452,47
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas	9.768,40	9.749,36
Total	5.527.330,38	2.471.222,28

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Serviços – A ausência de valores nesse item em 2016, comparada ao valor de 2015, não significa uma redução de despesa, uma vez que as variações patrimoniais apresentadas nesta demonstração não representam todas as variações do Poder Judiciário, pelo fato de a UG 070002 FERM executar parte do orçamento

Nota 6 – Depreciação, Amortização e Exaustão – reconhecimento inicial da depreciação dos bens imóveis, realizada com base na vida útil constante nos pareceres técnicos elaborados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura. O valor apresentado corresponde a depreciação atribuída ao exercício de 2016. A do período de 2013 a 2015, no montante de R\$ 4.024.494,14, foi registrada na conta de ajuste de exercícios anteriores.

Para a amortização, a SETIC tem determinado, com base em critérios técnicos, se a vida útil dos softwares adquiridos por este Poder é indefinida ou definida, estimando, neste último caso, o prazo de vida útil. Anualmente, é realizada revisão dos critérios estabelecidos, efetuados os ajustes, quando necessários.

Descrição	2016	2015
Depreciação de Bens Imóveis	5.680.824,43	-
Amortização de Intangível	4.692.727,72	4.370.952,74
Total	10.373.552,15	4.370.952,74

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Transferências Intragovernamentais Concedidas – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis, imóveis, almoxarifado e/ou softwares.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Em 2016, destaca-se a transferência de veículos para a UG 070002 - FERM, no valor de R\$ 416.065,76, em razão da alienação desses bens. Da mesma forma que a aquisição de bens realizada pelo FERM gera transferências positivas ao patrimônio da UG 070001 – TJPE, a alienação de bens exige a transação contrária, em virtude da vinculação orçamentária existente na respectiva venda.

A redução do montante, em relação a 2015, justifica-se pela doação naquele exercício do antigo prédio do Jornal do Comércio (Rua do Imperador D. Pedro II, nº 346 e Rua Marquês do Recife, s/nº, bairro de Santo Antônio) para o Estado de Pernambuco, conforme Lei nº 15.243 de 19/03/2014, no valor de R\$ 4.000.000,00.

Descrição	2016	2015
Créditos - Transferências entre Unidades Gestoras	7.046,69	7.762,02
Bens Móveis - Transferência entre Unidades Gestoras	416.065,76	-
Bens Móveis - Doações para Outro Órgão	45.319,26	109.408,31
Bens Imóveis - Doação para Outro Órgão	-	4.000.000,00
Total	468.431,71	4.117.170,33

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Transferências Intergovernamentais Concedidas - O montante de R\$ 1.882.027,93 compreende a cessão ao Município de Palmares de um imóvel localizado naquele município.

Nota 9 – Transferências a Instituições Privadas – Do total de R\$ 3.205.756,62, R\$ 1.616.572,80, corresponde à despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012. Além disso, R\$ 1.589.183,82 referem-se a doação de bens móveis inservíveis / antieconômicos.

Nota 10 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – Refere-se ao registro de ajuste para perdas realizado na conta de créditos a receber, bem como na de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.

O quadro a seguir apresenta os valores registrados a título de ajuste para perdas dos créditos a receber e dívida ativa, cujos cálculos estão detalhados nas Nota 2 e 4 do balanço patrimonial, além dos valores desincorporados lançados neste grupo seguindo a estrutura do PCASP e Fisco, decorrentes, por exemplo, de revisão de



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

cálculo e de multa aplicada, assim como de crédito recebido e não baixado quando da arrecadação.

Descrição	2016	2015
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	3.334.152,42	2.105.851,18
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	162.401,04	723.367,05
Desincorporação de Outros Créditos Não Tributários	127.834,07	16.784,27
Desincorporação de Dívida Ativa Não Tributária	114,85	0,00
Total	3.624.502,38	2.846.002,50

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 12 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – O valor de R\$ 446.800,37 refere-se a outras indenizações e restituições.

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Ressalta-se que por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2016, assim como em 2015, não há informações a serem apresentadas a esse título.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit, justificado na Nota 1.

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera o valor do déficit de previsão da receita no demonstrativo. O déficit deve ser informado apenas para a execução.

Nota 1 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, conforme evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
8.731.448,03	1.196.643.980,64	(1.187.912.532,61)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira das fontes 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro) e 121000000-Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos.



Unidade Gestora Executora – 070001 –Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 1.062.469,11.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
8.731.448,03	1.188.975.001,72	1.196.643.980,64	1.062.469,11

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) – O montante de R\$ 10.439.772,19 representa 93,82% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015, referente a fonte 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro). Esse valor foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais (suplementares), no exercício de 2016.

Nota 3 – Dotação Atualizada – Comparada à dotação inicial, houve um acréscimo de R\$ 28.439.772,19, resultante de suplementações decorrentes de créditos adicionais, dentre os quais destaca-se R\$ 10.439.772,19, advindo da fonte de recurso do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, evidenciado na nota acima, além do recebimento de R\$ 18.000.000,00, conforme Decreto nº 43.160/2016, cuja fonte foi anulação de recursos do Poder Executivo.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação (Recursos do Estado)	Suplementação (Recursos do TJ)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b + c)
1.170.975.000,00	18.000.000,00	10.439.772,19	1.199.414.772,19

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Despesas Empenhadas e Liquidadas – Atingiram o montante de R\$ 1.196.643.980,64, correspondendo a 99,77% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 2.770.791,55.

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
1.199.414.772,19	1.196.643.980,64	2.770.791,55

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida das deduções. Destaca-se que não houve registro de deduções nesse exercício.

Os recursos provenientes da alienação de outros ativos, no valor de R\$ 30.929,87, referem-se a rendimentos de aplicação financeira, decorrente de recursos disponíveis em Caixa ou Equivalentes de Caixa, originados de alienação de ativos.

Nota 2 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se a diminuição do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 17.028.354,34, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2015, reflexo do resultado orçamentário, bem como do fluxo da movimentação dos recursos extraorçamentários, inclusive transferências recebidas e concedidas.

Saldo Final 31/12/2016	Saldo Final 31/12/2015	Resultado Financeiro 2016
(a)	(b)	(c) = (a - b)
39.631.772,66	56.660.127,00	(17.028.354,34)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC é apresentado os fluxos de caixa extraorçamentários, inerente à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.188.975.001,72, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, composto por R\$ 1.170.975.000,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, somado a R\$ 18.000.000,00, resultante do Decreto nº 43.160/2016, e R\$ 1,72, recebidos a título de arredondamentos.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Correspondem à despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.462.741,43, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram em 2016 numa diminuição no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 16.942.940,83.

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 16 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 36/2016, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado o quadro abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.

Discriminação	Fontes		Total
	101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro)	121000000 Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	
Saldo inicial 2016 (I)	11.127.882,89	228.603,42	11.356.486,31
Entradas (II)	1.197.675.519,88	30.929,87	1.197.706.449,75
Duodécimos Recebidos	1.188.975.001,72	-	1.188.975.001,72
Receitas Orçamentárias	8.700.518,16	30.929,87	8.731.448,03
Saídas (III)	1.196.643.980,64	-	1.196.643.980,64
Despesas Liquidadas	1.196.643.980,64	-	1.196.643.980,64
Saldo Final 2016 (IV) = (I + II - III)	12.159.422,13	259.533,29	12.418.955,42

Fonte: e-Fisco Financeiro

Recife, 31/12/2016

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Presidente